

# ESPACO SOCIALISTA

Ano VIII - Nº 26 julho/agosto de 2008  
Contribuição: R\$ 1,00

Publicação Revolucionária Marxista de Debates



## NEM LULA, NEM CHÁVEZ

## CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA SOCIALISTA

**DIANTE DO  
CHAVISMO,  
CONSTRUIR  
UMA  
ALTERNATIVA  
SOCIALISTA**

**GOVERNO  
LULA E OS  
ATAQUES AOS  
TRABALHADORES**

**ORGANIZAÇÕES  
POLÍTICAS E O  
MOVIMENTO**

**BANCÁRIOS/SP:  
UM PRIMEIRO  
BALANÇO DAS  
ELEIÇÕES**

**MULHERES:  
UMA  
REPRESENTAÇÃO  
DISTORCIDA DA  
REALIDADE**

# DIANTE DO CHAVISMO, IMPULSIONAR UMA ALTERNATIVA SOCIALISTA

## O “FIM DO SOCIALISMO REAL” E A OFENSIVA NEOLIBERAL

A América Latina tem experimentado nas últimas décadas toda uma sucessão de alternativas políticas que não puderam minorar a miséria de seu povo, diminuir as desigualdades, a exploração, as opressões ou sustar a devastação do seu território. Após o fim das ditaduras militares, marca do período mais duro da “guerra fria” no continente, ascenderam ao poder correntes e partidos “democráticos” burgueses que se revezaram nos governos sem conseguir resolver os graves problemas econômicos decorrentes da atual etapa histórica de crise estrutural do capital.

Os problemas se agravaram a partir da década de 90, quando a queda do regime da URSS e dos Estados do leste europeu e a restauração do capitalismo em todo o território do chamado “socialismo real” propiciaram à burguesia mundial a oportunidade de uma ofensiva política e ideológica contra o socialismo, organizada a partir da idéia de “fim da História” e de inevitabilidade da “globalização” capitalista. O continente foi então depredado pelas privatizações, desnacionalizações, desindustrialização, explosão da dívida pública, retirada de direitos trabalhistas, corte de gastos sociais do Estado, saque de recursos naturais estratégicos, etc, em nome de um ideal de “eficiência” e “competitividade” que só fez aumentar a miséria e a precariedade das condições de vida da população. A esquerda não soube reagir a esse projeto, pois permaneceu (e em boa medida ainda permanece) incapaz de explicar o fenômeno da queda do “socialismo real” e de oferecer uma alternativa socialista às massas trabalhadoras diante do avanço da “globalização” capitalista e suas políticas neoliberais.

## AS MASSAS EM LUTA BUSCAM ALTERNATIVAS

Entretanto, apesar da esterilidade da esquerda organizada, as massas não

deixaram de lutar contra os ataques da burguesia. Fenômenos como o “caracazo” em 1989 na Venezuela, e a revolta indígena zapatista de Chiapas em 1994 no México, foram precursores de um ascenso das massas do continente. Esse ascenso se tornava mais poderoso à medida em que avançava a década de 2000, a ponto de derrubar governos na Argentina em 2001, na Bolívia em 2003 e 2005, e no Equador em 2000 e 2005.

Além das revoltas de massas, verificou-se também uma guinada eleitoral no continente, com a eleição de governos ditos “de esquerda” no Brasil, na própria Argentina, no Chile, no Uruguai, na Nicarágua e mais recentemente no Paraguai, sinalizando uma completa rejeição das políticas neoliberais e um claro desejo de mudança por parte da população.

Evidentemente, nenhum desses governos “moderados” rompeu com o imperialismo. Todos renegaram sua origem e retórica “progressista” e mantiveram o compromisso com as políticas neoliberais, frustrando as esperanças de mudanças. Diante da capitulação aberta dessa “esquerda”, cresceu desproporcionalmente a dimensão dos governos ditos “radicais” surgidos das lutas mais agudas na Venezuela, na Bolívia e no Equador. O caso da Venezuela merece atenção especial, pois o governo de Chávez tem se colocado ostensivamente como liderança de todo esse processo, chegando a falar em “socialismo do século XXI”. Sua influência e seu modelo são reproduzidos por outras correntes e governantes, às vezes até passo-a-passo (reforma constitucional, nacionalizações parciais, retórica anti-imperialista, assistencialismo, etc.).

Existe, pois, uma clara distinção entre as duas alas dessa “esquerda” governante latino-americana – uma mais abertamente neoliberal e pró-imperialista (cujo melhor exemplo é Lula), e uma mais aparentemente “radical” (como Chávez). Em comum, porém, essas duas alas têm

como característica central o fato de não romperem definitivamente com a ordem capitalista. São expressões distorcidas do ascenso das lutas no continente e da ausência de uma alternativa socialista de massas. O “chavismo” é um fenômeno de grande peso na atualidade, e sua influência precisa ser corretamente compreendida à luz desse quadro histórico e político mais amplo. Por um lado, ele expressa o desejo de mudança das massas e, por outro, a sua confusão ideológica e falta de clareza quanto à natureza das mudanças necessárias.

## A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA DE CHÁVEZ

Do ponto de vista marxista, são os processos sociais que explicam a importância dos indivíduos e não o contrário. Hugo Chávez é o resultado de uma estrutura mais “democrática” das Forças Armadas na Venezuela, que admite o acesso de membros da pequena-burguesia e mesmo da classe trabalhadora à condição de oficiais. Foi como oficial das Forças Armadas que Chávez ganhou notoriedade nacional, liderando uma tentativa de golpe fracassada em 1993, ainda um eco da instabilidade que se seguiu ao caracazo.

Eleito presidente em 1998, Chávez desenvolveu toda uma mitologia política, resgatando ícones do passado (o libertador Bolívar, virtualmente desconhecido no Brasil) e do presente (Fidel Castro, de quem passou a ser aliado) para lhe dar sustentação e projetando como horizonte uma “revolução bolivariana”, que se desdobrou mais recentemente em “socialismo do século XXI”. A falta de clareza ideológica desse projeto, ou seja, a tentativa de omitir o caráter de classe dos interesses que representa, permite a Chávez deslocar-se com relativa liberdade, com discursos de esquerda e práticas compatíveis com os interesses burgueses.

Concretamente, Chávez deslocou a burguesia venezuelana, rentista e parasitária, do controle da PDVSA, a estatal venezuelana do petróleo. A

Venezuela é uma das maiores produtoras mundiais de petróleo, fonte de energia e matéria-prima básica da economia mundial, cujo preço aumentou gradativamente ao longo da década e vem até hoje quebrando sucessivos recordes na sua cotação.

A partir do aumento dos preços do petróleo e do conseqüente aumento da arrecadação estatal via PDVSA, Chávez pôde desenvolver uma série de programas sociais, em especial os que levaram atendimento médico (médicos cubanos enviados por Fidel em troca de petróleo barato) e alfabetização para os setores mais pobres da população. A burguesia venezuelana, privada do controle sobre os recursos cada vez mais fartos advindos do petróleo, passou a lutar de todas as formas para derrubar Chávez. A população pobre, por sua vez, passou a apoiar maciçamente o presidente.

Desde 1998, Chávez e seus partidários venceram sucessivamente todas as votações que disputaram (isso até o referendo constitucional de 2007, sobre o qual falaremos adiante), fossem eleições presidenciais, locais, constitucionais, plebiscitos, referendos, etc. Em resposta, a burguesia venezuelana e o imperialismo estadunidense tentaram um golpe de Estado em 2002 e afastaram Chávez do poder por três dias. A massiva reação popular (mais de um milhão de pessoas cercaram o palácio presidencial exigindo seu presidente de volta) e o controle de Chávez sobre parte do exército derrotaram o golpe. Logo em seguida, em 2003, houve o “lockout”, a greve patronal, também derrotada pela

mobilização dos trabalhadores, que então davam apoio irrestrito ao presidente. Derrotando as tentativas de golpe, boicotes, campanhas da mídia, etc., e vencendo sucessivas eleições, Chávez assumiu um controle cada vez maior sobre o Estado venezuelano.

### OS LIMITES DE CLASSE DO CHAVISMO

Apesar de todo o apoio que lhe dera os trabalhadores e os pobres, de toda a retórica sobre “socialismo do século XXI”, da postura aparentemente anti-imperialista “para inglês ver”, etc, Chávez nem sequer iniciou qualquer movimento real em direção a uma transição socialista de fato, e isso não está no horizonte do seu projeto: a Venezuela permanece um país capitalista, onde se mantém a propriedade privada dos meios de produção, a extração de mais-valia, a desigualdade social, o aparato repressivo do Estado burguês, etc. A Venezuela segue vendendo petróleo aos Estados Unidos e segue pagando a dívida externa. Quando o golpe de 2002 foi derrotado, Chávez não reprimiu os golpistas. No lockout de 2003, os trabalhadores assumiram o controle da produção em vários setores, mas Chávez fez com que este controle voltasse às mãos da burguesia e da burocracia da PDVSA. Ao invés da ruptura, o chavismo tenta a todo custo a conciliação com a burguesia.

Parte da burguesia venezuelana, percebendo que não poderia vencer Chávez, juntou-se a ele. Empresários “bolivarianos” ingressaram no partido chavista e passaram a ocupar cargos públicos. Redes de negócios corruptos foram formadas entre o Estado e esses setores burgueses chavistas. A todo momento, Chávez chama os empresários, inclusive as corporações estrangeiras, a colaborar com a “revolução”. Cada vez que o chavismo opta por fazer concessões à burguesia, enfraquece as perspectivas de um avanço nas conquistas dos trabalhadores.

A revolução bolivariana não é classista, portanto não é socialista. Seu horizonte é o do velho nacionalismo burguês sul-americano, de figuras como Vargas, Perón, Cardenas, e outros, reeditado em circunstâncias históricas muito mais restritivas. Suas medidas não são nem sequer reformistas, pois limitam-se ao assistencialismo. Num quadro de controle cada vez maior do capital global sobre as

economias nacionais, medidas como a estatização total do petróleo são inviáveis, sem que se faça uma revolução de fato, e não apenas retórica.

Para fazer essa revolução, Chávez teria que admitir o controle da classe operária sobre a economia e a política. Entretanto, seus passos caminham na direção contrária. O chavismo se caracteriza pela centralização organizativa e pela hipóstase da liderança personalista do presidente. Não se admite divergências internas ou questionamento à liderança. Toda a esquerda foi forçada a se fundir no Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV) e os que se recusaram passaram a ser acusados de colaboradores da burguesia. O PSUV ocupa a maioria dos cargos nas esferas nacional e local. Constituíram-se inclusive milícias paramilitares, sob o pretexto da necessidade de se defender da burguesia e do imperialismo, mas que na verdade podem ser usadas contra os próprios trabalhadores. O movimento sindical também foi forçado a se adequar ao chavismo. As mobilizações e greves foram reprimidas; dirigentes independentes, como Orlando Chirino, foram demitidos; e os metalúrgicos da Sidor precisaram lutar duramente contra a burguesia e a repressão do governo chavista para obter a nacionalização da empresa.

### O REFERENDO DE 2007

Foi nesse quadro de crescente centralização do chavismo e de asfixia das organizações independentes dos trabalhadores, que se realizou o referendo constitucional de dezembro de 2007, quando Chávez tentou aumentar ainda mais os poderes institucionais da presidência, acenando com mais algumas pequenas concessões para seduzir as massas. Entretanto, a continuidade do capitalismo, a ausência de mudanças estruturais, a permanência da miséria e da desigualdade, o avanço da experiência dos trabalhadores mais organizados (Chávez governa desde 1998) produziram pela primeira vez uma ruptura das massas com o chavismo. Setores importantes da classe trabalhadora se abstiveram na votação e as propostas de mudança constitucional foram derrotadas.

Muitas correntes da esquerda, no afã de se posicionar contra Chávez, acabaram aderindo a mobilizações orquestradas e financiadas pela burguesia venezuelana e pelo imperialismo, em especial nos



meios estudantis. Em nome da necessidade de se opor ao chavismo, ultrapassaram a barreira de classe, o que é também inadmissível. A luta contra o chavismo não pode significar a defesa das políticas da burguesia.

Em função dessa tentativa de centralização, algumas correntes de esquerda caracterizam o chavismo como totalitário, dando mostras do mais completo ecletismo e confusão teórica. O totalitarismo é um conceito do pensamento político burguês, portanto desprovido de qualquer valor científico. Sua definição mais acabada está na obra da filósofa liberal Hanna Arendt (“As origens do totalitarismo”). De acordo com essa vertente do pensamento burguês, os regimes políticos se classificam num espectro que vai do mais autoritário (totalitário) ao mais liberal

(democracia burguesa). Ora, na realidade, os regimes políticos se definem pelo seu conteúdo de classe e não pelos seus mecanismos de funcionamento. Os regimes de Hitler e de Stalin eram ambos ditatoriais, mas sua natureza de classe era completamente diferente. O stalinismo se erigiu sobre a usurpação do poder operário, portanto o seu autoritarismo era decorrência de uma degeneração mais fundamental: a traição de uma revolução. Não era, portanto, “totalitário”, e sim burocrático. A democracia burguesa, por sua vez, é uma ditadura de classe tanto quanto o fascismo, diferindo apenas quanto à forma de que se utiliza para controlar os trabalhadores.

Chávez permanece dentro dos limites da democracia burguesa, seu método consiste em aparelhar e dirigir os trabalhadores organizados e cooptar as

massas com o assistencialismo. Sua intenção é assumir um controle burocrático cada vez maior sobre a classe trabalhadora e administrar os conflitos de classe em benefício da burguesia e da camarilha burocrática dos seus partidários.

Os socialistas devem defender a organização independente da classe trabalhadora, a autonomia de seus organismos de luta e um programa de reivindicações com medidas socialistas. Devemos dialogar com os trabalhadores que tem o chavismo como referência no sentido de mostrar os limites das medidas chavistas e a necessidade de ultrapassá-las para atingir o socialismo.

A América Latina precisa avançar agora para a única alternativa política que resta, a única que ainda não foi colocada em prática: o socialismo.

---

# LULA: UM GOVERNO BURGUESES CLÁSSICO

A partir da década de 90 a burguesia desencadeou uma ofensiva de âmbito mundial com o objetivo de impor aos trabalhadores um conjunto de reformas que redundaram em retirada de direitos históricos, como alteração da idade de aposentadoria, revogação de direitos trabalhistas, privatizações com milhares de demissões, etc. O objetivo deslocar o capital, antes inserido nesses setores do Estado, para o pagamento aos especuladores através das dívidas externa e interna. A retirada de direitos dos trabalhadores do setor privado, por sua vez, tinha como pretexto a necessidade de reduzir os custos da força de trabalho e criar melhores condições para a disputa no mercado mundial.

O método usado para viabilizar essas reformas foi a reestruturação do Estado para que passasse a ter funções mínimas (adequando-se ao conceito neoliberal de “Estado mínimo”), o que foi feito através de reformas constitucionais e medidas legislativas. No plano político, foram feitas concessões a setores da burocracia estatal, como o judiciário, e também construído um arco de alianças que envolveu vários setores da burguesia - industrial, comercial e financeira - além de dirigentes da pequena burguesia, da burocracia sindical e dos partidos

reformistas. Tais alianças foram fundamentais para levar adiante todos os ataques. Assim foram realizadas as privatizações, as reformas previdenciária, tributária e universitária e outras tantas mudanças legislativas que retiraram direitos dos trabalhadores. Dentre essas, uma das mais importantes foi o supersimples, considerado como a porta de entrada da reforma trabalhista.

Trata-se de reformas estruturais que visam garantir para longo prazo o novo padrão de acumulação e exploração implementado no Brasil. Entendê-las como estruturais significa também entender que essas reformas não são desse ou daquele governo, mas sim uma política de Estado. No caso do Brasil, tal política foi aplicada primeiro por FHC e depois por Lula. A manutenção desse projeto tornou-se uma exigência da burguesia para apoiar qualquer candidato. Ambos os governos (PSDB e PT), obedeceram fielmente o imperialismo e aplicaram a fundo as receitas neoliberais. Portanto, o governo Lula não é nada mais do que uma continuidade do governo tucano que se instalou por 8 anos em Brasília.

## A NATUREZA SOCIAL DO GOVERNO LULA/PT

O I Congresso da Conlutas tem tudo

caracterização equivocada. Ou seja, não é uma questão de menor importância, mas que tem implicações práticas. No segundo turno da eleição de 2002, por exemplo, o PSTU, que defende a caracterização de que o governo do PT é de frente popular, chamou os trabalhadores a votarem em Lula, com a desculpa de que os trabalhadores queriam derrotar os tucanos. O PSTU capitulou e cedeu às falsas ilusões dos trabalhadores, defendendo o voto naquele que atacaria os direitos dos trabalhadores. Nós do Espaço Socialista, ao contrário, pelo fato de caracterizarmos que o governo Lula – assim como Serra – prosseguiria na aplicação dos planos neoliberais de FHC, defendemos e fizemos campanha pelo voto nulo, como forma de disputar a consciência dos trabalhadores e de os alertar para o fato de que não se poderia confiar em nenhum dos candidatos. Mostramos que, de conteúdo, Lula e Serra eram iguais. Passados mais de 5 anos daquelas eleições, qual o balanço que os companheiros do PSTU fazem dessa política?

A caracterização de que Lula é um governo burguês clássico e neoliberal não é comum na esquerda revolucionária, pois a maioria das organizações defende que o governo Lula é um governo de Frente Popular. Muitos justificam essa caracterização com base em que (jornal opinião socialista nº 139): 1) é um governo chefiado por partido operário que se apóia no movimento social organizado e conta com apoio dos principais dirigentes sindicais do país (e por isso obteve êxito nos ataques aos direitos dos trabalhadores); 2) Não é representante direto da burguesia; 3) surge como vitória – distorcida – das massas; 4) a burguesia não o vê com confiança.

Claro que a chegada de Lula à presidência é um fato importante na história política do país, mas isso não pode nos levar a secundarizar as transformações políticas e ideológicas que ocorreram com Lula e o PT. Não encará-las é cair em um erro metodológico sério, limitando o processo de análise às aparências. Ao nosso modo de ver é isso que ocorre com os setores que caracterizam o governo Lula como de frente popular.

O PT foi o partido que serviu de referência para a geração de lutadores que derrotou a ditadura militar. De um partido que defendia nas eleições de 1982 a palavra de ordem “por um Brasil socialista”, o PT

chega ao processo eleitoral de 2002 como protagonista de uma frente eleitoral ampla que reunia sindicalistas (e alguns iludidos setores de esquerda) e burgueses e, como já dissemos, com um programa capitalista. O atual programa do PT, sob o qual Lula foi eleito, é em essência um programa burguês que não contém nem sequer as demandas mínimas dos trabalhadores. Um partido que tem um programa burguês é um partido burguês. Um partido com um programa anti-operário é um partido burguês. Um partido que defende o capitalismo, com qualquer roupagem, é um partido burguês. Então nos parece equivocado caracterizar o PT como um partido de esquerda ou operário.

O apoio que a burocracia sindical empresta ao governo Lula não é suficiente para mudar o seu caráter de classe, pois o fazem tanto pelo fato de serem reformistas como pelo acesso a diversos cargos no aparato estatal. Para ficar em alguns pequenos exemplos: Meneguelli e João Felício (ex-presidentes da CUT) e Guiba (ex-presidente do sindicato dos metalúrgicos) ocupam cargos com gordos salários no governo federal. Tivemos na história outros governos que contavam com o apoio e participação de dirigentes sindicais no governo. Um caso mais recente é o do governo Collor, que tinha como ministro um dirigente da Força Sindical.

A democracia burguesa é um regime de dominação de classe, mas isso não significa que todos que estão no governo sejam burgueses (donos diretos dos meios de produção), aliás isso é raro. A burguesia tem a seu serviço vários políticos que, como funcionários, exercem

mandatos e funções para garantir a dominação contra os trabalhadores.

Todo processo eleitoral sob a democracia burguesa tem como base semear ilusões, inclusive a de que o governante representa os interesses gerais do povo, mas sabemos que o discurso é o oposto da prática, pois o que vai definir seu caráter de classe são as medidas adotadas e é assim que devemos analisar quais interesses Lula representa. Ora, a aliança eleitoral, a composição do governo, as medidas anti-operárias, o apoio que tem nos diversos setores da burguesia não pode deixar nenhuma dúvida: ele representa sim a burguesia e de maneira muito direta. Outra coisa é o seu discurso.

Todos os serviços que Lula e o PT prestaram à burguesia tornam o presidente um homem de extrema confiança da burguesia, pois como ele mesmo costuma dizer: “nunca na história desse país os empresários se deram tão bem...”.

### **GOVERNO LULA: MAIS DE 5 ANOS DE GOVERNO NEOLIBERAL**

Essas considerações são fundamentais para compreender o papel de Lula e também para a caracterização do significado de seu governo. A eleição de Lula ocorreu em um momento em que a política neoliberal vivia um crescente desgaste não só no Brasil, mas no conjunto da América Latina. Esse desgaste resultou inclusive em processos mais radicalizados, como foi o caso da Argentina em 2001, quando no período de poucos meses caíram 5 presidentes.

A partir de um compromisso público (expresso na “Carta aos brasileiros”) de respeitar os contratos com banqueiros e empreiteiros, de continuar aceitando os ditames do FMI, de seguir as reformas que já vinham sendo implementadas por FHC, uma grande quantidade de empresários se deslocaram para apoiar a candidatura de Lula. Naquele momento, tal candidatura representava o caminho mais seguro para a contenção de um possível ascenso dos trabalhadores brasileiros. Essa é a primeira conclusão: Lula não é produto de um processo de mobilização dos trabalhadores. Primeiro, porque não existia um ascenso que envolvesse o conjunto do movimento operário e social, com greves ou lutas mais radicalizadas que pudessem colocar em xeque a política que estava sendo



aplicada. A radicalização das massas, com um substancial giro à esquerda, é a principal característica dos governos de frente popular. Ora, no Brasil, desde fins da década de 80, não temos um processo de mobilização radicalizada. As mobilizações que deram projeção a Lula já estavam distantes e não exerciam influência sobre o caráter de sua candidatura e de seu governo. Segundo, porque a direção do movimento sindical, diretamente influenciada por Lula, estava comprometida com o projeto do governo FHC e não impulsionava qualquer luta contra o modelo neoliberal tucano. E terceiro, porque a candidatura também foi apoiada e financiada por grandes empresários do país, entre eles vários dirigentes da arqui-reacionária FIESP. Como consequência dessa caracterização, é preciso pois destacar que o governo Lula representa uma continuidade do projeto neoliberal que vem sendo aplicado no país desde a década de 90.

A segunda conclusão diz respeito à natureza de classe desse governo, sobre a qual afirmamos sem medo de errar: o governo Lula/PT é, desde o início, um governo burguês clássico e neoliberal. Mesmo que Lula e vários dirigentes desse

governo tenham origem no movimento operário, isso não altera essa caracterização, pois sua consciência e suas práticas são burguesas, ou seja, ideologicamente mudaram de classe. Outro elemento importantíssimo é o programa sob o qual foi eleito: o programa do PT, desde pelo menos 94 (para ser muito otimista), é um programa que, como diz Trotsky, não faz mal a ninguém, pois não questiona a propriedade privada e nem a exploração capitalista, chegando, no máximo, a defender a utópica e reacionária humanização do capitalismo.

A terceira conclusão é de que Lula também faz um governo pró-imperialista, tanto pelo fato de que tem sido um eficiente ajudante de ordens do imperialismo estadunidense por meio da invasão ao Haiti; como pela defesa dos interesses do capital imperialista na “mediação” dos conflitos dos governos nacionalistas da América Latina com os EUA. Pode-se citar também o esforço para evitar que os movimentos nacionalistas em curso no continente não se radicalizem.

A consequência da orientação pró-imperialista do governo é o fato de que Lula e o PT, seguindo os tucanos, abriram

mão de qualquer projeto de desenvolvimento nacional, entregando aos grandes grupos imperialistas as riquezas nacionais do país, através da continuidade das privatizações, dos leilões para exploração de petróleo, da geração de energia elétrica, etc.

## OS DESAFIOS

Em uma coisa todos na esquerda temos acordo: o governo Lula é inimigo dos trabalhadores e assim deve ser tratado. Temos tarefas gigantescas pela frente para convencer os trabalhadores do caráter desse governo, para construir processos de luta que enfrentem as reformas e a política econômica do governo, mas que também se coloquem na cena política com um projeto político socialista.

É por isso que, para armar os trabalhadores, não podemos ter dúvida da natureza de classe do governo Lula e do PT. Dizer que é um governo de frente popular equivale a semear ilusões de que esse governo tem algum rastro de esquerda ou algum tipo de independência em relação à burguesia. Ao contrário, se dizemos que é um governo burguês clássico, não deixamos margens para dúvida sobre a natureza de classe.

---

# ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTO: UM DEBATE QUE PRECISA SER APROFUNDADO

*“A liderança tornou-se em si mesma cada vez mais rígida e autônoma, perdendo, na grande maioria das vezes, contato com as pessoas. Concomitantemente, o impacto da liderança sobre as massas deixou de ser de todo racional, passando a revelar claramente alguns dos traços autoritários, que sempre estão latentes onde o poder é controlado por uns poucos.”*

Theodor Adorno

Um dos aspectos decisivos para que a reorganização da classe trabalhadora ora iniciada em torno da Conlutas não reproduza os fracassos verificados em momentos históricos anteriores é o da relação entre as organizações políticas e os organismos de luta do movimento.

Por organizações entendemos aqui os partidos, os agrupamentos e coletivos

que unificam os indivíduos em torno de linhas teórico-programáticas determinadas e que se propõem a uma intervenção global na luta de classes, para além de seus aspectos específicos. Por organismos de luta entendemos as diversas instituições da classe trabalhadora voltadas para o enfrentamento de questões específicas, tais como os sindicatos, grêmios estudantis, associações, movimentos reivindicativos, etc., nos quais os indivíduos se unificam em torno de acordos pontuais e expressam as mais diversificadas posições a respeito dos temas gerais.

## A IMPORTÂNCIA DO MÉTODO

Iniciamos a discussão sobre a relação

entre essas duas esferas a partir da concepção de que os organismos de luta devem ser autônomos em relação às organizações políticas. Por autonomia entendemos aqui a prerrogativa dos organismos de luta tomarem suas decisões nos seus próprios fóruns internos. As diversas organizações políticas sem dúvida lutarão para defender suas propostas nestes fóruns, o que é perfeitamente legítimo e necessário. Os problemas começam a partir do momento em que as organizações políticas atropelam os fóruns próprios de decisão dos organismos de luta, trazendo suas decisões de cima para baixo e impondo-as à base, sem o devido debate.

A distinção entre os fóruns de decisão das organizações políticas e dos

organismos de luta pode em determinados momentos parecer uma mera formalidade, ou até mesmo um empecilho burocrático. Esse parece ser o caso da situação em que vivemos, na qual a maior parte dos trabalhadores está virtualmente paralisada e as poucas lutas em curso se restringem a alguns dos setores organizados. Nessa situação, a formação de ativistas é muito limitada e o movimento é feito quase que totalmente pela vanguarda já organizada.

Por outro lado, como diz o ditado, *o diabo mora nos detalhes*. As questões de método podem parecer abstratas numa determinada conjuntura histórica, mas são de importância crucial nos momentos em que o conjunto da classe se coloca em luta. A adoção de métodos burocráticos e autoritários como prática corriqueira pode se cristalizar a tal ponto, que um organismo de luta surgido com um projeto de enfrentamento radical pode se transformar em propriedade de uma camarilha oportunista e, finalmente, em um obstáculo para a luta dos trabalhadores. As questões metodológicas precisam ser tratadas, pois, com a devida importância política.

### **A RELAÇÃO ENTRE AS ORGANIZAÇÕES E OS INDIVÍDUOS**

É preciso discutir em profundidade os aspectos filosóficos envolvidos na questão. Nenhuma organização política é um todo homogêneo, haja vista que no seu interior se agrupam indivíduos com as mais diferentes histórias de vida. As diferenças que existem hoje entre os indivíduos formados na sociedade capitalista não são propriamente diferenças, mas desigualdades causadas pela origem de classe, pelo acesso desigual aos bens materiais e espirituais, etc. Somente no socialismo, as diferenças entre os indivíduos deixarão de ser fruto de uma desigualdade social, e passarão a diferenças propriamente ditas, fundadas no gosto, na formação, na aptidão, no talento individual, etc. Somente uma situação de igualdade social (ou seja, igualdade na responsabilidade perante a reprodução material e igualdade no acesso aos produtos do trabalho) poderá produzir a diferença entre os indivíduos como expressão de uma diversidade criativa do potencial da humanidade e como possibilidade de enriquecimento ilimitado dessa humanidade.

A luta pelo socialismo é uma luta para construir a igualdade a partir de uma situação de desigualdade. Os indivíduos chegam a essa luta em condições necessariamente desiguais. Ou seja, alguns têm maior acúmulo teórico, outros têm menos, alguns têm maior capacidade de expressão, outros têm menos, alguns têm maior intuição política, e assim sucessivamente, em relação aos mais variados aspectos. Conforme as aptidões diferenciadas que demonstram, os indivíduos são aproveitados no interior das organizações para o desempenho de tarefas também diferenciadas: alguns escrevem, outros falam em assembleias, outros dão cursos, outros fazem apenas “trabalho braçal”, panfletagens, etc.

A questão que se coloca é a seguinte: em que medida essa divisão de tarefas é uma inevitabilidade prática e em que medida ela representa uma reprodução da forma hierárquica e da divisão do trabalho típicas do capitalismo e da sociedade de classes, no interior mesmo das organizações socialistas? Na verdade, as duas interpretações estão corretas. De um lado, não se pode forçar os indivíduos a desempenharem tarefas para as quais não estão minimamente preparados, por meio de medidas administrativas horizontalistas, em nome da necessidade de impor a ferro e fogo a igualdade no interior da organização, sob pena de desestruturar o trabalho. De outro lado, porém, também não se pode admitir indefinidamente a separação entre trabalho intelectual e trabalho braçal, entre teoria e prática, entre direção e base, de modo que se tenha dirigentes “vitalícios” e militantes de base “tarefeiros”.

Se as duas interpretações da questão estão corretas, o que está incorreto é fazer de conta que o problema não existe e deixar de abordá-lo de maneira consciente. A divisão social do trabalho entre teoria e prática precisa sim ser superada, mas de uma forma que não prejudique a qualidade da teoria e da prática. Qual é essa forma? Como unir teoria e prática? Como praticar a teoria e teorizar a prática? Cada organização política deve encontrar sua forma, do contrário irá cair no burocratismo e no praticismo desenfreado de um lado, ou no anarquismo irresponsável de outro.

Esse aspecto da construção das organizações revolucionárias deve ser tratado como uma questão política de primeira ordem. A defasagem entre a

base e a direção deve ser a menor possível. A educação marxista dos militantes não pode se limitar a um conjunto de palavras de ordens. A formação de quadros com conhecimento teórico e prático deve ser uma preocupação permanente da organização. Somente assim se poderá colocar em prática mecanismos de rodízio da direção, revezamento das funções, etc.

### **A PERSPECTIVA HISTÓRICA**

A maior parte das organizações de esquerda que defende o socialismo revolucionário tem como seu exemplo o processo da revolução russa. A atuação do partido bolchevique deve ser a referência fundamental para os socialistas, afinal trata-se do partido que conseguiu tomar o poder e iniciar a primeira tentativa de transição ao socialismo. O estudo da revolução russa envolve uma multiplicidade de questões, que evidentemente não podem ser esgotados num artigo e numa publicação deste porte. Trazemos este tema à tona para abordar um dos aspectos da questão: a importância do partido para a revolução russa. A afirmação de que “sem o partido não teria havido a revolução” não pode ser confundida com: “basta construir o partido para que se faça a revolução”. Uma condição necessária não é o mesmo que uma condição suficiente.

A palavra de ordem dos bolcheviques não era “todo poder ao partido” e sim “todo poder aos soviets”. Evidentemente, sendo o partido bolchevique o mais conseqüente e estando seus militantes enraizados no setor mais dinâmico da vanguarda, era lógico que os bolcheviques fossem maioria nos soviets. Mesmo assim, a distinção entre a instância do partido e a dos organismos da classe, os soviets, era muito mais do que uma simples formalidade.

Os bolcheviques jamais imaginaram poder desencadear e conduzir uma revolução sozinhos, sem contar com uma ampla vanguarda organizada nos soviets, e até mesmo com os militantes de outras organizações. Os soviets somente foram suprimidos nas circunstâncias extremas da guerra civil, quando o partido se viu forçado a assumir o controle total do Estado. Essa medida, por sua vez, abriu as portas para a degeneração burocrática do partido, por meio da qual o stalinismo assumiu o controle.

O processo riquíssimo e contraditório

da revolução russa é abstraído por leituras mecanicistas e reducionistas, que fazem da existência do partido o único fator a ser destacado. A partir desse raciocínio parcial, falanges de auto-proclamados “bolcheviques” sindicais e estudantis partem para a conquista de sindicatos, grêmios e outros organismos, como se fosse uma questão de vida ou morte para o sucesso da revolução brasileira e mundial o fato da sua organização assumir o controle de tal organismo. Uma vez que cada organização se considera o portador exclusivo da ortodoxia bolchevique, trotskista, marxista revolucionária, etc, está armado o cenário para a disputa sectária e divisionista a que todos estamos acostumados na esquerda.

Para concluir esse ponto, é preciso ressaltar que destacar a importância dos soviets não significa negar a importância e a necessidade do partido, e que a disputa entre as organizações pela direção dos organismos é também necessária para o fortalecimento da esquerda, mas desde que de fato priorize a construção desses organismos e o crescimento do movimento no seu conjunto. Não se pode agir nessa disputa como se os fins justifiquem os meios. Na luta pelo socialismo, os meios precisam ser coerentes com o fim.

### O ESPAÇO PARA A DISPUTA IDEOLÓGICA

Os trabalhadores não nascem prontos para a luta socialista, precisam ser ganhos para esse projeto. Os indivíduos se aproximam da luta movidos por questões imediatas, como a luta por melhores salários, por educação de qualidade, por terra, moradia, transporte público, entre outros. Através dos organismos de luta, formados para lidar com essas questões específicas e imediatas, os trabalhadores superam a passividade em que o cotidiano da sobrevivência os aprisiona e desenvolvem o enfrentamento contra as consequências imediatas do capitalismo. É aí, portanto, que deve realizar-se o processo gradativo da sua educação política, visando desenvolver a compreensão de que a miséria e a exploração somente serão superadas com a superação de sua causa, ou seja, do próprio capitalismo. É esse também o momento em que se deve preparar os indivíduos para exercer a administração consciente de suas vidas na futura sociedade socialista.

Justamente por isso, a maior parte das organizações desloca seus militantes para disputar a consciência dos trabalhadores reunidos nessas instâncias organizativas de luta imediata. Entretanto, a forma como muitas organizações políticas atuam acaba sendo mais prejudicial do que construtiva para o movimento. É muito comum as organizações tomarem os organismos de luta como espaço onde devem impor as suas táticas e as suas concepções a qualquer preço. Em vez de promoverem o debate com as demais organizações, com os ativistas independentes e com o conjunto da classe, de modo a fortalecer o movimento, acabam criando uma disputa na qual utilizam métodos extremamente questionáveis.



A falsificação das propostas dos adversários, as manobras nos bastidores, a manipulação, a violência retórica (e às vezes até mesmo física) entre os militantes, são vícios perpetuados na esquerda que acabam afastando muitos indivíduos que porventura se aproximam do movimento. Dissemina-se assim a idéia nefasta de que todos os partidos são iguais, de que “nenhum presta”, de que onde existem partidos existem interesses escusos, etc. O anti-partidarismo é uma idéia que apenas facilita o trabalho da burguesia na propagação do conformismo e da paralisia.

Os organismos de luta da classe devem funcionar como frente única, ou seja, como uma frente de atuação comum, na qual caibam os militantes das diferentes organizações políticas revolucionárias, os

ativistas independentes, os trabalhadores sem qualquer experiência de luta, os indivíduos com concepções reformistas, os dominados pelo senso comum, os adeptos de todos os partidos e religiões, etc. É no interior desses organismos de frente única que deve se dar o debate entre as diferentes organizações políticas, mas de modo que o movimento no seu conjunto seja fortalecido, o que exige uma metodologia democrática de atuação, a qual infelizmente é negligenciada por boa parte da esquerda. Resgatar os métodos da democracia operária no interior do movimento é uma das tarefas fundamentais, até mesmo para fazer com que as lutas mínimas avancem e para reconstruir o projeto socialista como alternativa.

### A NECESSIDADE DE FORMAS DEMOCRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO

As propostas do Espaço Socialista para a reorganização do movimento não são uma novidade inventada por nós. Trata-se simplesmente de resgatar as tradições do movimento operário tais como eram postas em prática no passado. A prática da democracia operária consiste na tomada de decisões pela base, e no controle e vigilância sobre os militantes que assumirem funções de direção.

Há uma diferença qualitativa entre receber o mandato da base para dirigir uma entidade e dirigi-la à revelia da base. A democracia operária exige critérios muito superiores aos da democracia burguesa, na qual a simples eleição dos dirigentes legitima toda e qualquer decisão. A democracia operária se diferencia pelo envolvimento permanente e substantivo da base na tomada de decisões – o que é muito diferente do método representativo e formal da democracia burguesa.

Se é verdade que os trabalhadores não desenvolvem espontaneamente a consciência socialista (pelo simples fato de estarem ocupados demais lutando para sobreviver) e esta tem que ser trazida de fora pelas organizações políticas, como aprendemos com Lênin, também é verdade que essas organizações somente serão bem-sucedidas se estiverem ao lado da classe trabalhadora, lutando ombro a ombro com as mesmas alienações, padecendo das mesmas dificuldades, vivendo o mesmo cotidiano. Esse mandamento foi esquecido por boa parte

da esquerda e os resultados foram catastróficos para o movimento socialista.

Os partidos políticos e organismos de luta, como por exemplo os sindicatos, se adaptaram à realidade do capitalismo e deixaram de ser instrumentos para combatê-lo. Ex-militantes passaram a disputar os cargos eleitorais no Estado burguês ou os cargos de direção nos organismos de luta com o pretexto de trazer melhorias na vida dos trabalhadores, mas a única melhoria que obtiveram foi o seu próprio enriquecimento pessoal. Converteram-se assim em burocratas, ou seja, dirigentes que transformam os instrumentos de luta em aparatos de poder pessoal e acomodação social, desviando a luta socialista para o pântano da colaboração de classe com a burguesia.

A participação dos socialistas nas

eleições para cargos no Estado burguês e a ocupação de cargos nos organismos de frente única precisa ser controlada pelo critério de fazer avançar a consciência socialista. Sem seguir esse critério, a presença de indivíduos e organizações que se proclamam “socialistas” nesses aparatos acaba servindo apenas para perpetuar a ilusão de uma convivência possível com a ordem capitalista. Enquanto se perpetua essa ilusão, os burocratas e oportunistas sobrevivem como parasitas às custas do conjunto da classe, praticando a conciliação com a burguesia e paralisando os organismos de luta.

A burocratização precisa ser combatida não apenas moralmente, pela simples censura a dirigentes degenerados, mas politicamente, por meio de medidas como:

- proibição da reeleição indefinida dos dirigentes;

- renovação de pelo menos metade dos órgãos de direção a cada eleição;

- tomada de decisões nos fóruns de base, como as assembléias;

- garantia do direito de que as posições divergentes sejam apresentadas;

- remuneração dos dirigentes não superior à da média dos trabalhadores;

- transparência na administração dos recursos financeiros da entidade;

- esforço permanente para desenvolver a formação teórica e política dos trabalhadores, para que se qualifiquem a exercer criticamente sua opção sobre a linha de atuação dos organismos.

É preciso travar uma luta política permanente para resgatar e consolidar essas medidas organizativas de caráter democrático nos organismos do movimento.

## Bancários/sp

# UM PRIMEIRO BALANÇO DAS ELEIÇÕES

Nos dias 16 a 19 de junho ocorreram as eleições para a diretoria do mais rico sindicato da América Latina. A vitória foi da chapa da Situação – composta pela Articulação (principal corrente sindical do PT) e pela FES (que faz parte da Intersindical) –, por uma ampla vantagem frente à chapa do Movimento Nacional de Oposição Bancária (MNOB): 72,4% votos contra 27,5%, respectivamente.

Os números podem impressionar aquele que não acompanhou o processo eleitoral. Ao contrário do que se imagina, a burocracia da Situação não fez uma campanha pesada na categoria, limitou-se em se fazer presente na maior concentração de bancários da base, que é o Complexo do Bradesco localizado em Osasco, conhecido por Cidade de Deus, com mais de 5 mil votantes. Durante o processo de votação em si, a chapa da Situação teve o apoio da administração dos bancos, através dos gerentes, que assediaram os bancários para que votassem na chapa 1. A oposição, muito mais frágil, não conseguiu montar um operativo capaz de fiscalizar a votação, empregando como mesários pessoas sem muito compromisso, em especial nas urnas que percorriam as microrregiões, onde campearam o assédio e a fraude. Ainda assim, o que justifica a vitória da

Situação? Para nós do Espaço Socialista, há uma combinação de vários fatores.

Em primeiro lugar, a própria burocratização do sindicato. Ao longo de décadas de gestão da Articulação, o sindicato deixou de ter vida democrática: a participação da base, o interesse e o conhecimento desta sobre o que se passa no sindicato só diminuíram ao longo do tempo. Isso se reflete nos números: de uma base de mais de 100 mil bancários, menos da metade são sindicalizados e apenas cerca de 30.500 destes votaram na presente eleição. A burocratização abriu a brecha para o aparelhamento do sindicato por interesses escusos, como os que se manifestaram no escândalo da BANCOOP (cooperativa de crédito habitacional usada como esquema de transferência de recursos para o PT, às custas da contribuição de associados que não receberam os imóveis pelos quais pagaram), cujos dirigentes integraram a chapa 1 como “diretores de honra”.

Em segundo lugar, os ataques dos quais a categoria foi vítima no último período foram aplicados pela patronal sem qualquer reação por parte da burocracia, o que contribuiu para a desmoralização. Nos setores específicos, as traições se multiplicam: no caso do

Banespa, foi feito um acordo de congelamento salarial por 5 anos em “troca” da estabilidade quando o banco foi adquirido pelo Santander, o que não impediu que milhares fossem demitidos. Pode-se citar também o silêncio sepulcral do sindicato frente ao processo de reestruturação no Banco do Brasil, iniciado em 2007, e que envolve a demissão de milhares de bancários, em especial os caixas e os trabalhadores dos departamentos de suporte nas agências.

A burocratização e a traição produziram um inevitável refluxo das lutas. A cada campanha salarial, os índices de reivindicação são mais rebaixados e os acordos são fechados sem que haja mobilização de fato. O instrumento sindicato caiu em descrédito perante os bancários e o nível de consciência médio da categoria retrocedeu catastróficamente. Nos bancos privados, esmagadora maioria dentro da base, não há mais qualquer ativismo. Isso faz com que o trabalho da oposição esteja limitado aos bancos estatais, ou seja, BB e CEF.

Nessas circunstâncias extremas, o simples fato de que tenha havido uma chapa de oposição nas eleições de 2005 e 2008 pode ser considerado uma vitória. Entretanto, isso não pode servir como argumento para que não se discutam as

fragilidades da oposição. Não se pode colocar todo o peso da derrota no poder do adversário e nas dificuldades da luta, sem discutir minimamente os próprios problemas. A auto-crítica da oposição é fundamental para retomar a organização do movimento.

Passando, pois, aos problemas, é preciso começar pela ausência de um projeto estratégico. A cada momento muda a proposta política da oposição para a categoria: ora se fala numa associação nacional de bancários, ora em retomar os sindicatos. Nesse meio tempo, o trabalho estrutural junto à categoria fica em segundo plano, a oposição “desaparece” enquanto movimento e só volta a surgir nas campanhas salariais ou nas eleições do sindicato.

Isso não significa que não existe militância na base e que os integrantes da oposição não estejam travando o enfrentamento cotidiano nos locais de trabalho. Significa que esse enfrentamento se limita a uma resistência dos setores específicos e não converge para um

projeto geral. A oposição trava lutas defensivas, como foi o caso da reforma estatutária da Caixa de Assistência (de saúde) dos Funcionários do Banco do Brasil (CASSI), mas ainda não é conhecida pelo conjunto dos bancários e muito menos vista com uma alternativa concreta de direção.

O maior desafio do MNOB é, portanto, o de se estruturar como um movimento permanente. É preciso haver reuniões periódicas para discutir o dia-a-dia dos bancários e se antecipar aos burocratas e ao governo quanto aos ataques à categoria; é preciso estar presente, por meio de atividades periódicas de panfletagem, para disputar a consciência dos trabalhadores e realizar um trabalho ideológico de longo prazo. Para tocar esse trabalho, é preciso fazer uma divisão de tarefas, estruturando comissões de comunicação, de finanças, etc, com balanço e elaboração coletivos.

A oposição precisa cumprir o papel orgânico que caberia ao sindicato, de ser a representação da categoria, na qual a

base pode comparecer para discutir seus problemas. O debate não pode ficar restrito à vanguarda, e sim se estender aos diferentes setores da categoria e falar a sua linguagem. Somente funcionando como um fórum de discussão permanente, autônomo e estruturado, o MNOB pode ser capaz de implementar um projeto de longo prazo para a retomada do sindicato para os bancários.

O exemplo está aí: na subseção da APEOESP de Santo André, a chapa da Oposição Unificada escorraçou a Articulação, elegendo todos os 25 conselheiros regionais e todos os 16 conselheiros estaduais (ver artigo nesta edição). Essa vitória é o resultado de um trabalho estrutural junto à base da categoria, nos moldes do que aqui defendemos para os bancários.

Também não podemos deixar de ressaltar o papel lamentável da Intersindical nesse processo, pois entre os bancários e a burocracia sindical, ficou do lado daqueles que existem para trair os trabalhadores.

# UMA REPRESENTAÇÃO DISTORCIDA DA REALIDADE

Adneide Andrade e Iraci Lacerda

Impressiona como a realidade é capaz de confirmar a atualidade da afirmação marxista de que as idéias dominantes, em cada época, são as idéias da classe dominante. Ao governar a sociedade dividida em classes, a burguesia utiliza, além do aparelho do Estado, os meios de comunicação para apresentar suas idéias como sendo as idéias do conjunto da sociedade.

Estes meios de comunicação, que são concessões públicas, utilizam os mais diversos recursos com a principal finalidade de esconder a origem dos problemas para reafirmar e reproduzir a exploração do trabalho alheio.

Tem sido comum nos depararmos com mentiras, ridicularizações e caricaturas de mau gosto contra a classe trabalhadora, nos noticiários, novelas, programas de “humor” e propagandas televisivas, além, obviamente, de encontrarmos tudo isso também na mídia escrita.

Quem nunca observou a propaganda da Ford (empresa automobilística) em que a professora ensina para animais? A propaganda da Tigre, em que o encanador é trapaceiro? E a novela global em que a menina do interior trás as marcas do Jeca Tatu, o mais pobre trás os hábitos e deleites da classe média e a empregada doméstica que anula sua vida pela vida da patroa? Quem não assistiu o programa que transforma a simplicidade em ridículo, o convívio em violência e busca impor o padrão de beleza burguês utilizando o humor barato, preconceituoso e empobrecedor?

Essas personagens, que servem para nos entreter e desprezam a criação artística, são utilizadas pelos meios de comunicação como uma forma de mostrar a *classe trabalhadora* dividida entre trabalhador e pobre. Têm como finalidade confundir e desmoralizar para disseminar e tentar impor uma visão de que não temos identidade de classe e

somos capazes de conviver pacificamente com os problemas e rir da própria miséria.

## E QUANDO O ASSUNTO É RESISTÊNCIA OU MANIFESTAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA?

A imprensa burguesa também reage de forma unida. O jornal *Folha de São Paulo*, a revista *Veja*, as emissoras de televisão, principalmente a Rede Globo, escondem informações, manipulam dados e são parciais em seus noticiários. Já é habitual contarmos com suas mentiras em relação aos números de manifestantes e reivindicações dos trabalhadores.

Neste último período, temos como exemplo a luta dos professores da rede estadual de São Paulo. Desde o início do ano, estes meios de comunicação travaram uma campanha para desmoralizar a profissão docente. Toda semana um artigo ou reportagem trata de culpabilizar o professor pelos problemas existentes na

Educação. Posicionam-se contra a “falta de formação” do professor, a quantidade de ausências, a nota baixa no exame nacional e assim por diante. Escondem o problema da falta de verbas para as escolas, a falta de condições mínimas de trabalho, o problema da superlotação das salas de aula, a precariedade da merenda escolar, o resultado da aprovação automática, etc...

Obviamente sem se sentir representada por esta imprensa, e sabedora dos reais problemas enfrentados no dia-a-dia das escolas públicas, a categoria decretou greve, contrariando as idéias e a necessidade dominante. Mesmo com uma extensa pauta de reivindicações entregue a José Serra/PSDB – liberdade de cátedra, melhores condições de trabalho, gestão democrática e autonomia da escola, máximo de 35 alunos por sala, fim da aprovação automática, revogação do Decreto 53037, garantia de emprego e estabilidade, reajuste salarial, etc, etc, etc... – os professores continuam amargando as mentiras da imprensa que insiste em afirmar apenas a reivindicação salarial.

Quanto aos números, o posicionamento da imprensa não é menos cruel: no último dia 20 de junho, cerca de 70.000 mil professores tomaram as ruas após assembléia realizada na capital paulista, mas os números divulgados não passaram da metade. As imagens posteriormente editadas escondiam o mar de gente que vimos inundar as avenidas Paulista e Consolação. Seria muito esperar alguma preocupação com a Educação do trabalhador!

As preocupações e os posicionamentos desta imprensa, que se diz imparcial, caminham lado-a-lado com os interesses de seus e outros grandes proprietários. Na Educação, podemos constatar isso de diversas formas. Um exemplo é a editora Abril, dona da Revista *Veja*, e a mesma que editou e forneceu a R\$ 18,95 (valor unitário), no início do ano, para o governo

do Estado, o *Guia Atualidades – Vestibular*, distribuído gratuitamente para os alunos do Ensino Médio.

Sem nos apegarmos ao valor bruto, podemos entender como a burguesia pode tentar homogeneizar idéias – a partir de temas importantes como o Aquecimento Global, Oriente Médio, Fontes de Energia, Falta de Água, etc –, através do aparato do Estado e de sua imprensa.

### **E QUANDO O ASSUNTO É A MULHER TRABALHADORA?**

Os meios de comunicação não deixam por menos. Querem a qualquer custo impor-lhe o pensamento, as atitudes e os sentimentos da burguesia. Exigem que sejam bonitas, inteligentes e prendadas. São tratadas como importantes reprodutoras de mão-de-obra e, ao mesmo tempo, responsáveis pelas conseqüências causadas pela ausência do lar.

Os meios de comunicação divulgaram a aprovação da Lei Maria da Penha contra a violência doméstica. Apresentaram radiantes a campanha da CNBB contra a legalização do aborto. Dispõem de números importantes para mostrar a inserção da mulher no mercado de trabalho. No entanto, distorcem ou omitem informações para não exigir soluções quanto ao crescimento da violência com morte entre as mulheres, quanto ao número de 780 abortos diários (Ministro Saúde, *FSP*, Junho/2007), quanto ao trabalho precarizado e a escravidão doméstica.

Não discutir a raiz do problema para não ter que resolver o problema pela raiz: esse é o fundamento dessa prática jornalística. Esta é a democracia burguesa que necessita distorcer a realidade para impor a sua ideologia e manter a sua forma de exploração.

Nós, mulheres da classe trabalhadora, ao não aceitarmos a exploração e ao denunciarmos essa prática contra a nossa classe, precisamos unir nossas vozes para fazer ecoar bandeiras de luta que nos unifiquem e nos permitam viver para atuar e decidir sobre um outro rumo para a sociedade:

### **FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER; POR UMA VIDA DIGNA PARA A NOSSA CLASSE !**

Apoio psicológico e políticas de inclusão ou recolocação no mercado de trabalho para as mulheres vítimas de violência doméstica, além de medidas de assistência social. A nova legislação (Lei

Maria da Penha 11.340/06) avança quando trata da violência contra a mulher e traz a possibilidade de que todo boletim de ocorrência de violência doméstica se transforme em inquérito policial. Além de uma condenação penal de até três anos de prisão, o agressor ainda pode ter decretada a separação, condenação em alimentos, perda da guarda dos filhos, além de outras medidas como afastamento do lar, perda do porte de armas, determinação de que se mantenha distanciado da vítima e até o direito de a mulher reaver seus bens e cancelar procurações em nome do agressor. No entanto, a lei não aponta nada quanto à situação, existente em muitos casos, da dependência financeira da mulher e quanto a um dos principais fatores associado a atos de violência doméstica, que é o alcoolismo;

Que o Estado reconheça o alcoolismo e a dependência química como problemas de saúde pública e garanta para a nossa classe o tratamento pelo *SUS* e planos de saúde;

Investimento, do Estado, em uma campanha massiva de orientação sexual e contraceptiva e prevenção à AIDS e outras DST's nas escolas, bairros, postos de saúde, sindicatos, televisão, rádio, etc;

Distribuição gratuita e sistemática de preservativos masculinos e femininos, pílulas e injeções anticoncepcionais e do dia seguinte nos postos dos *SUS* e nos planos de saúde;

Descriminalização e legalização do aborto pela vida da mulher trabalhadora. Obrigatoriedade do atendimento de mulheres em processo de aborto pelo *SUS* e planos de saúde. O aborto não pode significar um método contraceptivo. Mas ele é um fato. Ao contrário do que muitos dizem, o aborto bem assistido, é uma defesa da vida da mulher e **não** faz mais mal para o corpo da mulher do que o parto. O atendimento público, com qualidade, é necessário para as mulheres da classe trabalhadora que não conseguem pagar uma clínica. A lei existente hoje prevê prisão de 01 a 03 anos para a mulher e para quem o realiza. O suposto pai sequer é mencionado. Para deixar de ser crime, um dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional (majoritariamente composto por homens da direita) poderá ser aprovado. Ele propõe a permissão da interrupção da gravidez de até 12 semanas em qualquer circunstância, de até 20 semanas em caso



de estupro e em qualquer tempo nos casos de má-formação do feto ou risco à saúde da mulher. Prevê também a utilização dos SUS e dos planos de saúde para tais práticas;

Não podemos aceitar a ditadura do parto normal e até do fórceps na rede pública, e do parto cesariano nos hospitais particulares. A mulher deve ser bem instruída para decidir com segurança sobre o tipo de parto mais adequado ao seu caso específico, e ter boa assistência;

Orientação e diagnósticos precisos para que a mulher decida se realizará ou não a cirurgia para retirada do útero, que tem servido, para muitos médicos, como instrumento de esterilização das mulheres trabalhadoras;

A nossa classe deve se mobilizar contra o descaso aos portadores de câncer. A falta de medicamentos e tratamentos adequados está reduzindo o tempo de vida dos trabalhadores portadores de doenças causadas pelo tipo de vida imposto pelo capitalismo;

Por um programa específico para a saúde da mulher negra, incluindo no SUS diagnósticos rápidos e tratamento de doenças específicas da população negra, como a anemia falciforme e outras.

A mulher deve decidir sobre o seu próprio corpo, em todos os sentidos;

Por uma sexualidade livre dos preconceitos religiosos, machistas, de raça, de orientação sexual e não submetida às imposições do capital.

### **FIM DA ESCRAVIDÃO DOMÉSTICA. POR MAIS TEMPO LIVRE PARA DOS TRABALHOS DOMÉSTICOS !**

Divisão das tarefas domésticas entre todos os membros da casa;

Creches públicas, gratuitas e com qualidade de ensino. Funcionamento 24 horas e nos fins-de-semana, inclusive nos locais de trabalho e estudo. Enquanto as creches não estiverem prontas devemos exigir o *Auxílio Babá*, em que a pessoa responsável pela criança de até 12 anos receba um salário médio para contratar uma pessoa de confiança;

Lavanderias públicas, gratuitas e com qualidade em todos os bairros.

### **POR EMPREGO: FIM DA DEPENDÊNCIA FINANCEIRA QUE HUMILHA E MALTRATA!**

Redução da Jornada de trabalho com salário mínimo do Dieese, sem a dupla

jornada para todas as mães do campo e da cidade que trabalham fora, com cotas proporcionais para as mulheres negras;

Carteira assinada e com todos os direitos trabalhistas a todas mulheres que trabalham em situações precárias e terceirizadas. Exemplo: estagiárias, operadoras de telemarketing, empregadas domésticas, trabalhadoras do campo, etc;

Contra a revista íntima no emprego;

Não a discriminação da mulher negra. Nesse mercado de trabalho injusto e racista, isto é o que vemos o tempo todo. Não podemos aceitar que se torne natural a qualificação da mulher negra apenas para atividades domésticas, cujas origens advêm da nossa herança escravista e patriarcal;

Pela diminuição da idade de aposentaria para a mulher que trabalha fora ou dentro de casa. A mulher da nossa classe trabalha a vida inteira. O tempo de contribuição não pode ser um impedimento para a sua aposentadoria. Se a mulher está vivendo mais, certamente está trabalhando mais;

Licença Gestante de 6 meses, tempo ideal para a amamentação exclusiva, com redução da jornada após a volta ao trabalho (entrar uma hora mais tarde e sair uma hora mais cedo) para complementar com o leite materno a alimentação da criança até completar dois anos e meio. A mulher trabalhadora tem o direito de amamentar! Pesquisas científicas comprovam a necessidade da amamentação. Doenças alérgicas, algumas do sistema imunológico, alguns tipos de cânceres, obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares podem estar associadas à falta de amamentação ou à amamentação irregular. O sistema capitalista exige filhos, mas não quer permitir à mulher trabalhadora a possibilidade de tê-los sem grande sofrimento.

Pela abolição do padrão estético bulímico e anoréxico, que busca valorizar a mulher trabalhadora atribuindo-lhe a auto-estima da mulher burguesa, o que tem contribuído, entre outras coisas, para a supressão de mulheres gordas ou negras do acirrado mercado de trabalho – por exemplo, em shoppings centers –, e que está sendo considerado um quesito relevante na admissão de mulheres na maioria dos postos de trabalho.

Devemos estar atentas a todo o malabarismo feito pela imprensa burguesa e já assumido por alguns sindicatos

de impor o estelionato dermatológico.

Que sejam abolidas as formas subjetivas de contratação em processos seletivos ou concursos públicos, tais como: foto, dinâmica de grupo, etc;

Entendemos que somente a luta unitária de homens e mulheres é capaz de mudar toda essa situação e destruir o sistema que distorce a realidade, mente e explora. Somente quando as rádios e emissoras de televisão forem colocadas sob controle dos trabalhadores poderão auxiliar a sociedade a se emancipar da ignorância e promover uma elevação do nível cultural geral, colocando fim a toda forma de fetichismo, consumismo, racismo, preconceitos e estereótipos contra a classe trabalhadora e seus grupos marginalizados como negros, gblt, índios e mulheres.

Neste sentido, é importante que todas as organizações de esquerda que impulsionarão o plano de lutas para o segundo semestre se comprometam a colocar de fato os seus meios de comunicação a favor da organização, da unidade, das necessidades e reivindicações da classe trabalhadora, inclusive para denunciar as distorções e mentiras da imprensa burguesa e para discutir os mais diversos assuntos que dividem opinião e são usados de forma preconceituosa contra a própria classe.

Faz-se necessário também que estas organizações incorporem ao plano de lutas e impulsionem uma campanha de esclarecimento e pela legalização do aborto, principal alvo da burguesia contra a vida da mulher trabalhadora neste ano.

Nenhuma greve, mobilização ou manifestação dos trabalhadores pode deixar de ser registrada e acompanhada por organizações como a Conlutas e Intersindical, que valorizam a unidade na luta da classe trabalhadora. Nenhum ataque à classe trabalhadora, da cidade ou do campo, pode deixar de ser denunciado. A solidariedade de classe deve fortalecer essa unidade!

A luta pela reconstrução da consciência socialista da classe trabalhadora deve ser permanente, intensa e contra todas as formas de exploração!

[www.espacosocialista.kit.net](http://www.espacosocialista.kit.net)  
email: [espacosocialista@hotmail.com](mailto:espacosocialista@hotmail.com)  
[espacosocialista@yahoo.com.br](mailto:espacosocialista@yahoo.com.br)